



UMA HISTÓRIA DAS MULHERES: REPRESENTAÇÕES FEMININAS NA OBRA *OS SETE PECADOS DA CAPITAL* DE SANDRA PESAVENTO

Vanderlei Machado*
Colégio de Aplicação – UFRGS
vandermachado@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade ressaltar a importância do livro **Os Sete Pecados da Capital**, da historiadora Sandra Jatahy Pesavento, para os/as historiadores/as da chamada História das Mulheres. A partir da análise de um conjunto diversificado de fontes, Sandra Pesavento, nos possibilita perceber as representações divulgadas por uma elite masculina acerca de mulheres que viveram na cidade de Porto Alegre, no final do século XIX e início do século XX. Apesar do pensamento misógino presente nos documentos coligidos pela historiadora, é possível perceber a luta das mulheres para sobreviver numa cidade marcada por uma série de transformações em seu espaço urbano e pela transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado.

PALAVRAS-CHAVE: Sandra Jatahy Pesavento – História das mulheres – Cidade – Representação

ABSTRACT: This article aims to highlight the importance of the book **Os Sete Pecados da Capital**, written by the historian Sandra Jatahy Pesavento, to the historians of the called History of Women. From the analysis of a diverse set of sources, Sandra Pesavento, makes possible for us to understand the representations published by masculine elite about women who lived in Porto Alegre, in the late nineteenth and early twentieth century. Despite the misogynist thought present at the documents collected by the historian, it is possible to see women's struggle to survive in a city marked by a series of transformations in its urban space and the transition from the slave labor to the wage labor.

KEYWORDS: Sandra Jatahy Pesavento – History of women – City – Representation

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e professor do Colégio de Aplicação da mesma instituição. Autor da tese de doutorado: MACHADO, Vanderlei. **Entre Apolo e Dionísio:** a imprensa e a divulgação de um modelo de masculinidade urbana em Florianópolis (1889-1930), 2007. Tese. (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Tese orientada pela Profa. Dra. Sandra Jatahy Pesavento.

Os/as historiadores/as que forem escrever sobre a história do Rio Grande do Sul, certamente, terão que conhecer o legado historiográfico deixado por Sandra Jatahy Pesavento. Da mesma forma, aqueles/as que enveredarem pelas sendas da escrita de uma história das mulheres, notadamente, daquelas que habitaram a capital gaúcha, na passagem do século XIX para o XX, encontrarão uma importante contribuição nos escritos da referida historiadora. Não menos importância tal bibliografia terá para o/a pesquisador/a dos estudos de gênero e suas implicações com o espaço urbano, vertente que vem ganhando a atenção dos/as estudiosos/as desse campo de estudos.

A Porto Alegre *fin de siècle*, suas transformações urbanas, culturais e sociais foram insistentemente investigadas pela autora em sua vasta produção acadêmica. Foi naquele contexto que, em um de seus derradeiros trabalhos, Sandra Pesavento se pôs no enalço, tal qual um detetive, de sete mulheres que habitaram e lutaram por sua sobrevivência na cidade.¹ Mulheres que se viram enredadas naquilo que a autora definiu como “pecados da capital”. Neste sentido, vieram a lume as histórias da cafetina Fausta, “dona do mais famoso bordel da cidade, no famigerado Beco do Poço”; da “incrível” Joana Eiras, chefe de quadrilha, acusada de ser a mandante de assassinatos, roubos, estelionatos e espancamentos; da “quase lendária Maria Degolada”, moça miserável que foi assassinada por seu “amante”; da “sinistra” Catarina, mulher do açougueiro envolvido no famoso crime da Rua do Arvoredo; de Chiquinha, a suicida; de Clementina, a pobre menina seduzida pelo padre da igreja das Dores e, por último, de Rosa Praia dos Santos, cuja morte esteve relacionada com “o tenebroso campo da feitiçaria”. Além dessas “protagonistas”, Sandra traz à lume as histórias de vida de muitas outras mulheres que habitavam a capital gaúcha, na passagem do século XIX para o XX.

Foi com base no conceito de imaginário social que Sandra construiu suas histórias. Este, segundo a autora, diz respeito ao sistema de idéias e imagens de representação coletiva que uma comunidade constrói para si ao longo do tempo. Ou seja, interessava para Sandra, “resgatar as representações construídas sobre espaços,

¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008.

personagens e práticas sociais na contramão da ordem da velha cidade de Porto Alegre”.²

Os atores sociais, cujas trajetórias de vida Sandra se dispôs a narrar, eram mulheres. Como escreveu a autora, “não por acaso, as mulheres dos nossos sete pecados, como personagens da cena urbana, são desviantes neste mundo ordenado e controlado pelos homens”. Os crimes ou contravenções nos quais estas sete mulheres se viram enredadas, “tal como os percursos de vida se dão no contexto urbano que muda, que cresce, que se moderniza, que se torna o lugar da diferença, da novidade, do enfrentamento”.³ Ou seja, as histórias de vida daquelas mulheres, ou as representações construídas sobre elas, estiveram indelevelmente ligadas às imagens divulgadas sobre a cidade.

Através das histórias dessas mulheres foi possível percorrer “distintos espaços ou lugares do urbano, dotados de um especial sentido, como também” acompanhar “a *performance*” das personagens femininas envolvidas no mundo da contravenção ou da contestação dos valores de sua época. Estas mulheres permitiram que Sandra “adentrasse” em uma cidade que se queria ordenada, moralizada, saneada, enquadrada dentro de certos valores e sensibilidades que se buscava instaurar.

Através de narrativas de crimes que chocaram a opinião pública de Porto Alegre, Sandra buscou “pensar a situação da mulher nas cidades no já distante século XIX”. Para isso, a autora fez uso de depoimentos constantes em processos criminais, artigos de jornais, registros policiais e prontuários da Santa Casa. Através destes documentos foi possível percorrer o cotidiano de algumas mulheres.

Entre elas encontramos Catharina Palse, envolvida naquele que ficou conhecido como “O Crime da Rua do Arvoredo”. Catharina declarou, nos autos do processo, ser solteira, natural da Hungria, filha de Hurberto Palse, ter vinte e sete anos, ser por profissão engomadeira e não saber ler e escrever. Na época do crime, Catharina morava a sete meses na Rua do Arvoredo, junto com José Ramos e com a preta Senhorinha. Apesar da vida em concubinato ser prática corrente entre as camadas populares brasileiras, os jornais da época, quando se referiam a Catharina, faziam

² PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 11.

³ Ibid., p. 12.

questão de lembrar sua condição de “amásia”, “concubina” e “amancebada” com José Ramos. Tais denominações estabeleciam uma fronteira entre o mundo dos cidadãos e o dos populares ou excluídos.

Buscando se apartar do crime imputado ao seu companheiro, Catharina informou que durante o ocorrido não estava em casa “pois saía muitas vezes à noite, e que muita gente a vira na rua, ou que saíra de tarde de casa, andara toda noite na rua e voltara depois da meia-noite”.⁴ O fato de circular sozinha pela cidade, ao que tudo indica, não era problema para as mulheres pobres. Tal prática estava ligada à luta diária pela sobrevivência. Catharina, segundo ficou apurado, ganhava algum dinheiro fazendo pequenos serviços de lavagem e reforma de roupas.⁵

Com vistas a ampliar seus rendimentos, Catharina e Ramos dividiam a casa em que residiam com outras pessoas: “um alemão corcunda”, de nome Henrique e a preta Senhorinha. A “preta Senhorinha” se dizia lavadeira, ter cinqüenta e quatro anos, ter por ocupação o serviço de doméstica, ser solteira e ser escrava de Balbina Palmeiro, moradora na Rua do Arvoredo. Senhorinha morava há dois meses na casa de Catharina e de Ramos, mas só para dormir, recolher a roupa que devia lavar e cozinhar mocotó, dando jornal à sua senhora. Ou seja, senhorinha era escrava de ganho, que devia pagar um tanto de seu trabalho diário na cidade à sua dona e que dormia na casa de Ramos, pagando hospedagem com seus serviços. Senhorinha, tal qual as outras lavadeiras da época, lavava roupas na Beira do Riacho. Se, por um lado, a escravidão era uma forma de diferenciação social entre Senhorinha e Catharina, por outro, as duas se viam obrigadas a prestar serviços para terceiros a fim de ganharem o seu sustento.

Além de Henrique e Senhorinha, também moravam na casa de Ramos e de Catharina um alemão velho chamado Carlos Rathman. Ou seja, a casa de Ramos era uma espécie de albergue ou hospedaria noturna para muitas pessoas sem domicílio fixo. A noção de privacidade que norteava as residências burguesas não encontrava guarida entre os pobres na cidade.

Apesar dos modestos vencimentos e da labuta diária pela sobrevivência, Ramos e Catharina quando, por motivos escusos ou não, tiveram acesso a um

⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 34.

⁵ Ibid., p. 38.

rendimento maior, buscaram um modo de vida que muito se diferenciava de seu cotidiano. Segundo uma comadre do casal, de nome Isabel, Catharina e José Ramos, a partir de determinado momento, “usavam luxo e ela comprara um vestido de seda e uma capa, de custo de quatro mil réis o côvado”.⁶ Tal comportamento nos leva a inferir que, tanto homens quanto mulheres, da dita classe popular tinham em seu horizonte de expectativas uma vida na qual pudessem usufruir dos gostos e das modas próprios das elites da época.

Outra personagem feminina cujos infortúnios da vida Sandra nos relatou foi Francisca Flores da Gama ou Chiquinha, alcunha esta explorada pela imprensa, talvez, buscando acentuar a infantilidade de um ato extremado de amor. Chiquinha, segundo os jornais coligidos por Sandra, à época do suicídio, em 1896, tinha 19 anos, era pobre e bela. Francisca era filha de Roque Sicca, italiano, hortelão, e de Dona Benedita Tavares da Gama, residentes na Capela de Viamão.

A história de Chiquinha, reflete Sandra, era a trajetória de uma queda, tão comum às moças que haviam dado um “mau passo”. Segundo apurou a imprensa da época, Francisca havia deixado o lar de seus pais. Seduzida, acompanhara seu amante, um tal Crescêncio, que logo depois foi assassinado, a mostrar bem, segundo um articulista, como o caminho que escolhera implicava uma descida na escala social. Depois se ligara amorosamente a um marinheiro, indo viver em Itapuã. Entretanto, tal relação pouco durara, devido aos *exaltamentos* amorosos da rapariga. A troca de amante, inferia o autor da nota, era uma decorrência de seu temperamento fogoso.

Quando de sua vinda para a Capital, Chiquinha fora morar na Rua da Varzinha, na casa de uma parda, que a acolheu como uma “familiar sob seu teto e sua mesa”. Após conhecer Antonio Borges, por quem se apaixonou, passou a morar na Rua da Ponte ou do Riachuelo, no térreo de um sobrado, em que vivia um aposentado do Tesouro do Estado, senhor Florentino de Lima. Chiquinha tinha em sua companhia um irmão de 13 anos. O mobiliário da casa de Chiquinha foi descrito pela imprensa como sendo muito pobre e composto de duas cadeiras, uma mesa tosca, um fogareiro, um *bidet*. A polícia quando esteve no local encontrou um anel, brincos de argolas de ouro e

⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 48.

uma medalha também de ouro, com a inscrição “Lembrança”, ao que tudo leva a crer, presenteados por Antonio, o amante.

Nesta residência simples, segundo o locatário da mesma, o casal “brigava muito, por ciúme, alternando as discussões com carícias, chegando muitas vezes ameaçarem-se com revólver e punhal, mas se estimavam muito”. A violência fazia parte do cotidiano do jovem casal de amantes. Porém, como fez questão de frisar o senhor Florentino de Lima, Chiquinha e Borges nutriam uma grande estima um pelo outro.⁷

Entre os trastes encontrados na casa de Chiquinha, sob o *bidet*, se destacavam os livros **Contos da Carochinha**, **Miragem**, de Coelho Netto e poesias de Félix da Cunha. Apesar da vida simples, Chiquinha se mostrava uma leitora, o que não deveria ser muito comum entre as moças pobres da época.

As brigas do casal, certamente, estavam relacionadas ao fato de Borges, o amado, ter casamento ajustado com uma distinta jovem porto-alegrense, filha de um negociante da Rua dos Andradas. Logo, Borges era noivo de uma moça de seu nível social, mas havia se envolvido em uma louca paixão por Francisca. Este era o enredo de uma tragédia anunciada. Diante do amor impossível, ante os preconceitos da época, Chiquinha e seu amado resolveram se suicidar, tomando veneno.

O drama do casal de amantes, segundo Sandra, é bastante rico para a análise das representações sociais da época. Nele, estão reunidos todos os ingredientes de uma tragédia, tal como as da literatura que circulava no período estudado: desnível social, juízos morais, barreiras imaginárias e concretas e toda uma gama de representações sobre os dramas do amor.⁸ Tais ingredientes povoavam romances como **Lucíola**, de José de Alencar e **A dama das camélias**, de Alexandre Dumas Filho, entre outros. Francisca, ao escolher, num determinado tempo de sua vida, viver relações transitórias e consensuais, assim como muitas moças pobres da época, angariou para si os preconceitos de uma sociedade que via no casamento indissolúvel o único destino para as mulheres que quisessem ser vistas como honestas.

Outra habitante de Porto Alegre, na passagem do século XIX para o XX, que teve sua história narrada no livro de Sandra Pesavento, ora em tela, foi Anna Fausta

⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 112.

⁸ *Ibid.*, p. 115.

Marçal. Fausta, como ficou conhecida pela imprensa, era brasileira, natural do Rio Grande do Sul, filha de Adão Marçal, solteira, analfabeta e tinha, segundo declaração sua, por profissão lavadeira.⁹ Vinda de Camaquã, no interior do estado, alugou inicialmente um sobrado no Beco do Poço. Neste local, Fausta instalou um bordel, com o poético nome de **A Flor da Mocidade**. O bordel de Fausta passou a ser procurado tanto pelos subalternos da cidade quanto pela fina flor da sociedade porto-alegrense.

Mas nem todos estavam contentes com a presença de Fausta e de suas raparigas na cidade. Entre os descontentes estava um grupo de jornalistas que, através de suas folhas, buscavam demonstrar o quanto era nefasta a presença daquela mulher e de seu bordel para a sociedade. Os jornais da cidade não poupavam acusações ao prostíbulo da “crioula” Fausta. Alertava-se para o fato de que, além de alugar seus quartos para meretrizes, a “crioula” atraía para o seu estabelecimento inocentes crianças, cujo destino era a prostituição.

A casa de Fausta não era somente um prostíbulo de rameiras, afirmava a imprensa, mas também uma casa de encontros, pois recebia mulheres casadas ou divorciadas em busca de um local para desfrutarem os “amores fáceis de Dons Juans”. Ou seja, Fausta era acusada de desencaminhar também as mães de família, dando guarida aos encontros de tais relações extraconjugais. O bordel de Fausta era ainda associado com o destino natural das mulheres egressas de casamentos desfeitos.

Fausta e seu bordel, bem como seus/as freqüentadores/as, que a imprensa ameaçava divulgar os nomes, “eram não só um fato, como uma referência para o público leitor de jornais da época”. Quando se noticiou, em dezembro de 1896, que Fausta estava doente, o jornal **A Gazetinha** não tardou em afirmar que a “alta sociedade se preocupava com seu estado de saúde”. Seria Fausta capaz de transmitir certas doenças venéreas aos freqüentadores do seu estabelecimento? Ou o que se tinha a lamentar era um possível fechamento daquela casa, que ao que tudo indica, era muito concorrida?

O jornal **A Gazetinha**, segundo nossa autora, iniciara em 1896, uma campanha pela moralidade pública,

⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 198.

[...] publicando uma série de artigos que reclamavam da intendência municipal providências enérgicas contra o monstro de garras afiadas e dentes agudíssimos, que invadia a Capital: a hidra da prostituição, espécie de horrível e cancerosa chaga da sociedade.¹⁰

Caso as autoridades desconhecessem o endereço dos lupanares, que eram do conhecimento de todos, **A Gazetinha** faria questão de indicar os endereços. Inclusive daqueles que funcionavam sob outros títulos, como os Hotéis e bodegas instalados na rua General Paranhos, entre outros logradouros próximos do centro da cidade. Nestes, um bando de vadios e de vadias, informava o jornal, passava o dia e até a noite em algazaras e proferindo palavras “muito pouco admissíveis sob o ponto da moralidade”.¹¹

Segundo o Código Penal da época, a prostituição não era crime, mas sim a sua indução e patrocínio, ou seja, a atividade do caftismo, crime que passou a ser imputado à Fausta. Assim, havia a prostituição e as prostitutas, como males necessários ou tolerados, mas o crime estava no seu incentivo. Segundo **A Gazetinha**, a polícia de Porto Alegre deveria agir tal qual a sua congênere paulista criando um regulamento de costumes para as mulheres desviadas da senda da honra.¹²

Para o desgosto dos moralistas de plantão, sempre havia formas de burlar as averiguações policiais. Em princípio, observa Sandra, as prostitutas não se definiam com tal. “Eram sempre copeiras, cozinheiras, costureiras, engomadeiras, criadas, etc.” Tais afirmações nos levam a inferir que a prostituição, muitas vezes, era exercida em momentos de falta de um emprego remunerado ou conjuntamente com outras atividades.

Anna Fausta Marçal, após grande campanha da imprensa, foi presa em dois de junho de 1899. Em 14 de junho do mesmo ano foi julgada, atraindo grande multidão para o salão do tribunal. O julgamento encerrou-se com a condenação de Fausta a um ano de prisão com trabalhos e multa de 500\$000, além das custas do processo. Diante

¹⁰ A Gazetinha, 14. 11. 1899 apud PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 164.

¹¹ Ibid., p. 164.

¹² Ibid., p. 169.

da apelação do seu advogado, Fausta foi solta, tendo pago uma fiança de 2.000\$000.¹³ Em novembro do mesmo ano, após muita discussão, a apelação foi negada e Fausta teve de ser novamente recolhida à Casa de Correção para cumprimento da pena de um ano. Outra punição impetrada contra a “crioula” Fausta foi ver “A Flor da Mocidade” fechada.

Certamente, campanhas moralizantes como as que combatiam os negócios de Fausta, os arrebatamentos de uma paixão, como a vivida por Chiquinha e as relações perigosas travadas por Catharina contribuíram para a construção de espaços de alteridade e de exclusão na cidade. Como bem salientou Sandra, na Porto Alegre *fin de siècle*, “as fronteiras do espaço eram tênues, mas não as da moral”.¹⁴

Entre os espaços de sociabilidades, presentes nas cidades do século XIX, a igreja era vista como um espaço feminino por excelência. Possivelmente, muitas famílias se sentiam seguras ao saberem que suas mulheres se encontravam “na casa de Deus”. Esta certeza talvez fosse compartilhada pela família da menina Clementina Simionatto, de 12 anos, natural da Itália, filha de Giuseppe Simionato e Maria Capeleti, moradora a Rua da Ponte, número 178, que freqüentava as aulas de catecismo na igreja das Dores, na área central da capital gaúcha.

Porém, os jornais da cidade acabaram contribuindo para abalar a confiança que se tinha na Igreja como um espaço seguro para as mulheres de Porto Alegre. Tal abalo ocorreu com a publicação de uma denúncia contra o vigário da igreja das Dores, feita por Ernesto Carvalho, membro da Confraria da Ordem Terceira, em 19 de setembro de 1896. Segundo se noticiou, um presumível cidadão honrado estava a cometer um crime. “Tratava-se de um religioso, supostamente um pastor de almas, de conduta ilibada e com ascendência moral sobre o seu rebanho, particularmente sobre as mulheres e crianças...”.¹⁵

Diante de tal notícia, infere nossa historiadora, os leitores e leitoras, possivelmente escandalizados/as, comentavam o “incidente que tivera lugar em um recinto sagrado e envolvendo um vigário de Cristo e uma menina, menor de idade.

¹³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 200.

¹⁴ Ibid., p. 112.

¹⁵ Ibid., p. 222.

Como não comentar, como não falar do acontecido”,¹⁶ desta história que, das páginas dos jornais, corria de boca em boca, “assustando as famílias que tinham crianças a freqüentar a igreja e o catecismo? Um adulto – e padre – se aproveitara de uma menina que tomava aulas de catecismo”.¹⁷

Conforme a imprensa da época, apesar de Clementina ter sido vítima do assédio sexual do padre, ela estava fatalmente condenada pela sociedade em que vivia. “Uma vez deflorada – perdida –, seu destino fatal era o bordel”. Este vaticínio não era necessariamente compartilhado pela maioria da população, para quem a virgindade não tinha o mesmo significado que tinha para os membros da burguesia.

Ainda assim, a vítima foi exposta à sociedade. Em seu corpo, coube aos médicos peritos buscar as evidências de um crime. Neste sentido, Clementina teve que comparecer à Secretaria de Polícia, na presença do delegado e de duas testemunhas, homens de reconhecida honorabilidade. Naquela ocasião, os médicos procederam o exame de corpo de delito.



A pobre Clementina teve seu púbis esquadrinhado e suas dimensões avaliadas e classificadas segundo padrões classificatórios científicos que ao final a condenavam. Ou seja, o exame médico apontava para uma experiência sexual já muito antiga, sem traços de rompimento recente do hímen e, sobretudo, consentida, pois não havia vestígios de violência física.¹⁸

Ou seja, caso tivesse o padre mantido relações carnavais com a menor, este não era o primeiro a fazê-lo.

O corpo do suposto agressor não sofreu o constrangimento a que foi submetida Clementina. A medicina, ofício masculino, não havia investido em pesquisar as marcas ou evidências que o corpo do agressor pudessem produzir. Num paradoxo processual, era preciso provar que a vítima, notadamente quando fosse uma mulher, era inocente. Em 17 de janeiro de 1897, a imprensa publicou o resultado do julgamento final no qual a justiça deixava de pronunciar o padre por falta de provas.

¹⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 222.

¹⁷ *Ibid.*, p. 222.

¹⁸ *Ibid.*, p. 234.

Após percorrer os intrincados meandros desse processo criminal, que muito nos informa sobre uma mentalidade misógina presente na elite porto-alegrense, Sandra concluiu que ao final

[...] retomava-se, com força da jurisprudência, aquilo que a moral da época expunha pelo senso comum: o culpado era o primeiro, e os atos subseqüentes consagravam a culpa da vítima. A menor deixava de ser menor, de vítima tornava-se reincidente no erro, e o suposto criminoso deixava de sê-lo, por falta de responsabilidade legal. A moral, no caso, submetia-se à prescrição da lei, estabelecendo as normas. Invertia-se a lógica, ficando o culpado inocente, e o inocente, culpado. [...].¹⁹

Mas, engana-se quem pensa que as mulheres de Porto Alegre eram somente vítimas. Houve aquelas, como Joana Eiras, que transitaram entre o mundo do poder e da lei e aquele da contravenção, marcado por roubos, assassinatos e como mandantes de espancamentos, a liderar capangas. Joana Eiras parece ter nascido na vila de Caçapava, em data imprecisa. Era casada com Joaquim Eiras, natural de Portugal. Tinha três filhos: Maria Assumpção, Álvaro Sergio e Francisca de Paula.

Na capital, Joana morou em muitos lugares, desde o Caminho Novo à Cidade Baixa, vizinha ao Centro; da Tristeza à Estrada do Mato Grosso: do Centro à Colônia Africana, para finalmente fixar-se no arrabalde da Glória, onde hoje é o bairro Medianeira. Nestes diferentes locais da cidade, Joana teve propriedades.

Esta Joanna, analfabeta e proprietária de imóveis, a deslocar-se pela cidade, a envolver-se no mundo da contravenção, personagem de vários processos, tornada figura pública no jornal por seus desmandos, segundo Sandra, não era *uma qualquer*, embora cometesse crimes. Ironicamente, foi mãe de um respeitado criminalista da capital, o advogado e deputado estadual Álvaro Sergio Massera, companheiro de Faculdade de Direito de Getúlio Vargas! Afinal, se pergunta intrigada nossa historiadora, quem era esta polêmica Joana Eiras? E se põe ao encalço desta personagem da cena urbana porto-alegrense, da passagem do século XIX para o XX.

O rosário de desmandos cometidos por Joanna, e narrados por Sandra Pesavento, teve início em 1882. Neste ano, Joanna foi acusada, em um processo movido contra o seu marido Joaquim Eiras, como coadjuvante de uma agressão e injúria contra um vizinho. Desta maneira, segundo Sandra, nossa personagem fazia sua entrada em

¹⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Os sete pecados da capital. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 258.

cena da série de incidentes de perturbação da ordem que marcariam sua trajetória na cidade.²⁰ A rigor, tratava-se de um casal problemático, a peregrinar pela cidade devido aos problemas que causavam nos lugares onde se estabeleciam com sua venda. Em janeiro de 1885, Joana perdeu seu marido, morto pela polícia durante uma troca de tiros. Os policiais procuravam criminosos que eram acoitados pelo casal em sua residência, na localidade da Tristeza, no distrito de Belém.

Em junho de 1889, a filha de Joanna se casou, em cerimônia realizada na Catedral de Porto Alegre, com o Capitão Jordão Antunes d'Almeida. Logo após, em data não encontrada, Joanna se casou com Domenico Thiberti. Este, porém, morreu no Rio de Janeiro sem deixar bens ou filhos. No ano de 1893, a sete de outubro, Joanna casou-se novamente – pela terceira vez – com Giuseppe Massera, de 27 anos, natural de Torino, na Itália. Nesta ocasião, ela tinha 37 anos.

Em 1896, num *Chalet* situado na Colônia Africana, localizada nos limites da cidade, ocorreu um assassinado que envolveu o nome de Joanna Eiras. A vítima era o Capitão Jordão Antunes de Almeida, genro de Joanna. Além desta, também a esposa do Capitão Jordão, Maria Assumpção, foi arrolada com suspeita do crime. Segundo foi apurado no depoimento feito por Lucia Luterrotti, “o casal era dado a brigas violentas, a tal ponto que Jordão era obrigado a refugiar-se fora de casa, para escapar dos golpes que lhe dava sua mulher...”.²¹ Teriam, mãe e filha, se juntado para se livrarem de Jordão?

Além de Joanna e de sua filha, um moço de nome Avelino Pedroso de Moraes também era suspeito do crime. O rapaz era conhecido de Joanna. Segundo apurou a polícia, Avelino era um sujeito de péssimo comportamento e desertor da Guarda Nacional. Conforme vários processos movidos contra Joanna, esta lidava freqüentemente com pessoas que viviam na marginalidade, no mundo dos turbulentos. Em várias ocasiões, Joanna fez uso dos serviços destes homens para espancar desafetos e coagir habitantes dos arrabaldes da cidade. Em muitas oportunidades, Joanna contou com o auxílio de pessoas influentes na cidade para se livrar de crimes imputados a ela.

A questão da impunidade, segundo Sandra, parecia mesmo acompanhar a trajetória de Joanna. Em dois de setembro de 1896, o processo referente à morte do

²⁰ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 265.

²¹ *Ibid.*, p. 280.

Capitão Jordão se encerrou. A acusação contra Joanna foi considerada improcedente pelo juiz Antônio Fausto de Souza. Em dezembro do mesmo ano, Avelino foi declarado culpado, recebendo do tribunal do júri a sentença de 30 anos de prisão. Maria Assumpção, apontada como mandante do crime, não chegou a ser pronunciada. Após o julgamento, aventou-se a possibilidade de Maria e Avelino serem amantes.

De pequenos e grandes crimes, de modestos ou avantajados golpes, muitos deles narrados na obra em tela, Joana Eiras continuou a viver impunemente na cidade, e ia aumentando seu patrimônio.²²

Nos estertores do século XIX, um crime chocou a opinião pública porto-alegrense. O autor de tal crime bárbaro era Bruno Soares Bicudo, um soldado da Brigada Militar, ou seja, um suposto representante da lei e da ordem. A vítima era Maria Francisca Trenes, de cor branca, natural do Rio Grande do Sul. Tratava-se de mais um crime onde alguém era degolado, num estado onde recém havia terminado a Revolução Federalista de 1893 a 1895, tristemente conhecida com a revolução da degola.

Maria Francisca era amásia de Bruno. Quando este foi transferido para servir no destacamento da Brigada postado na Chácara das Bananeiras, no arrabalde do Partenon e próximo ao Hospício São Pedro, Maria Francisca acompanhou o amásio, indo viver num casebre próximo ao destacamento. “A descrição, baseada no depoimento do réu, faz de Maria Trenes uma típica *china* de soldado: mulher pobre amasiada que se desloca junto com a tropa, seguindo aquele com quem vive”.²³

No dia 12 de novembro, alguns praças da Brigada Militar tiraram licença para comer um churrasco fora do quartel, acompanhados de mulheres. Foram em bando até o chamado morro do Hospício, na estrada do Mato Grosso. Descrevendo a cena verdadeiramente bárbara que tivera lugar na estrada do Mato Grosso, o jornal **Correio do Povo** relatou:

Praças da Brigada Militar do Estado concertaram um pic-nic para aquele local, e o levaram a efeito. Mulheres de vida fácil formavam parte da sociedade. A reunião começou pela manhã, em pequeno capão ali existente. Como é natural, em festas de tal ordem, houve as

²² PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 292.

²³ Ibid., p. 347.

diversões próprias do momento. Cada um dos convivas procurou tornar-se agradável a uma das mulheres.²⁴

Segundo anotou Sandra, o **Correio do Povo** tratou o encontro como sendo entre homens livres e mulheres fáceis, à disposição do assédio. Não se mencionou uma ligação prévia entre Maria Treves e Bruno Soares. O jornal **A Gazetinha**,²⁵ por seu turno, classificou o incidente como um crime *hediondo*, afirmando que Bruno, após algumas palavras com Maria Treves, passara a mão em uma faca e agarrando-a pelos cabelos, dera-lhe um profundíssimo golpe no pescoço, impiedosamente.

Assim como se observa nos discursos jornalísticos, também nos depoimentos das testemunhas é possível ressaltar uma solidariedade masculina. Segundo essa perspectiva, anota Sandra, “parece que Maria Francelina Trench havia merecido o que lhe sucedera, ou pelo menos o provocara...”.²⁶ Outra questão que merece ser destacada é o fato de que, ao que tudo indica, nenhuma das mulheres presentes no tal “pic-nic” foi chamada a prestar depoimento ou sequer foram ouvidas pela imprensa a fim de narrar a sua versão dos fatos.

Maria Trench saiu do anonimato de uma vida de moça humilde, da banalidade de um cotidiano sem opções, para a memória dos pobres da cidade, iluminada pelas velas dos devotos. Depois de morta, tornou-se uma santa milagreira, mesmo uma virgem mártir. Tornou-se Maria, a santa degolada.

No alvorecer do século XX, em 1916, a cidade de Porto Alegre foi palco de mais um terrível crime. Desta vez a vítima foi Rosa dos Santos Correa, negra, com 26 anos de idade e moradora na rua Doutor Timotheo. Segundo Sandra, tudo começara quando Rosa, sentindo-se doente, procurara, por indicação de pessoas conhecidas, o curandeiro Norberto de Freitas, residente à Rua Conde de Porto Alegre e que, segundo se contava, curava qualquer moléstia por meio do espiritismo. Segundo os jornais da época, Rosa, que sofria de tuberculose pulmonar em 3.º grau, passara também a apresentar evidentes sinais de alienação mental.

²⁴ Correio do Povo, 14. 11. 1899 apud PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 347.

²⁵ A Gazetinha, 14. 11. 1899 apud Ibid., p. 348.

²⁶ Ibid., p. 352.

O marido de Rosa, Emilio Correia, foi descrito pela imprensa da época como “homem simples, um tipo rústico”. Emílio, com a anuência da esposa, buscou um curandeiro, que morava na Rua Visconde do Rio Branco. Este, mesmo sem ver a enferma, prometeu curá-la totalmente. Tendo depois examinado Rosa, concluiu que seu mal era passageiro e que já havia tratado, com sucesso, vários casos semelhantes.

Como medicamento, informava o jornal **O Diário**, o “charlatão começou a dar a D. Rosa as mais complicadas e absurdas tisanas: sangue de galinha, misturado com aguardente, ervas em infusão, etc.”.²⁷ Sintomas de loucura não tardaram e o marido um dia surpreendeu a esposa no meio de um acesso de tosse, a chorar e a gargalhar ao mesmo tempo. O “charlatão” diagnosticou que Rosa estava com o corpo tomado por um mau espírito, que precisava ser afugentado por surras diárias com uma vara de marmelo. O marido consultou uma tia de Rosa, D. Florinda dos Santos, e esta teria dito que confiava no tratamento indicado. Com a concordância da tia, o “tratamento” de Rosa teve início. Duas vezes por dia, enquanto o seu marido a segurava, a tia a vergastava, até deixar-lhe o corpo em horrível estado.

Um vizinho, não suportando mais o espetáculo da tortura, denunciou o caso à polícia. Porém, o major delegado Hercules Limeira, apesar das denúncias que vinha recebendo sobre os maus tratos infringidos contra uma senhora na Rua Doutor Timotheo, não agiu rapidamente no caso por entender que se tratava “de um fato que estava passando na intimidade de um lar e mal esclarecido”.²⁸ Ou seja, indigna-se Sandra, “mulheres a apanharem do marido, mas em casa, não eram capazes de mobilizar de imediato a ação policial.” A atitude do delegado, possivelmente, teria favorecido a morte de Rosa.

No auto de necropsia do cadáver de Rosa, realizado em 24 de janeiro de 1916, os médicos legistas da polícia assinalaram o seu profundo estado de desnutrição e as marcas de múltiplas equimoses e lacerações, além do adiantado estado de tuberculose pulmonar. Concluíram os peritos que o traumatismo advindo do “tratamento” aplicado em Rosa agravaram o estado da enferma, devido à quantidade e à violência dos golpes aplicados, que teriam precipitado a sua morte.

²⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 400.

²⁸ Ibid., p. 399.

Sem querer apontar culpados, conclui Sandra:

De certo e definitivo, só mesmo o dado básico, o início e fim deste sétimo pecado: Rosa, negra, pobre, tuberculosa, que perdera um filho, talvez mesmo a razão, apanhara, passara fome e sede e morrera. Vítima, pois, de mais um pecado daquela capital.²⁹

O livro **Os Sete Pecados da Capital**, da historiadora Sandra Jatahy Pesavento, nos possibilita perceber as várias representações formuladas sobre a cidade de Porto Alegre, no final do século XIX e início do século XX. Mostra-nos, ainda, uma cidade para a qual convergiam mulheres, brancas e negras, migrantes do interior do estado e mesmo oriundas de outros países. Na Porto Alegre *fin de siècle*, homens e mulheres foram alvo de uma série de práticas e representações que buscavam instruir e modificar seus comportamentos. Passava-se então a estranhar condutas que até então eram toleradas. Entre as práticas femininas que passaram a ser combatidas, e que estavam ligadas à luta pela sobrevivência, encontramos a prostituição, as relações consensuais, a circulação pela cidade, entre outras. Porém, práticas como a violência doméstica ou contra as mulheres sequer chegaram a ser alvos dos discursos misóginos da época.

Os/as estudiosos/as da história das mulheres e das relações de gênero encontram nos trabalhos de Sandra Pesavento, notadamente em **Os Sete Pecados da Capital**, uma importante fonte de interlocução. Isto se deve ao fato de que os Estudos de Gênero, História das Mulheres e a História Cultural, vertente esta que Sandra ajudou a construir e a divulgar, vêm colocando aos pesquisadores questionamentos sobre a universalidade dos discursos, bem como a necessidade de historicizar os conceitos e as categorias analíticas. Estes campos de estudo, além disso, reconhecem a presença da subjetividade na escrita da história e a tornam objeto de análise. O diálogo se torna possível também porque Sandra traz à luz uma história dos excluídos, dos marginalizados e dos pobres na cidade, entre os quais as sete mulheres envolvidas nos “pecados da capital”.

²⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os sete pecados da capital**. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 418.